

EDITORIAL

Ivan Albuquerque Araujo¹
Maiara Corrêa²
Editores

Caros (as) leitores (as),

Com enorme satisfação apresentamos a edição v. 19 n. 2 (2022): Dossiê Horizontes do pós colonial da Revista Em Tese. Associada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Em Tese é um periódico científico semestral vinculada às áreas da Sociologia, Ciência Política e outras ciências humanas, tendo como foco a publicação de produções inéditas de artigos, ensaios, resenhas e entrevistas, bem como de traduções de autores consagrados de outros países.

O contexto de produção foi e tem sido desafiante para todas e todos nós. Nesse último ano a vulnerabilidade se apresentou e nos atravessou de diversas formas. Para além dos cortes de bolsas e mudanças na avaliação da Capes, dados de grande importância para o embasamento de estudos e pesquisas em ciências sociais como os levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) foram inexistentes no ano de 2021, visto que o Censo demográfico, que acontece desde 1872 não foi coletado graças aos cortes destinados a pesquisa por meio da Lei Orçamentária Anual de 2021 do atual governo federal. Alguns dos efeitos disso são perda de qualidade das políticas sociais, repasses do EPM (Fundo de Participação dos Municípios) para as prefeituras e inviabilidade de inferências de informações em pesquisas empíricas, por exemplo.

Com a chegada do vírus SARS Cov-2 no Brasil, popularmente chamada de Covid-19, as dinâmicas de sociabilidade sofreram alterações, porém nem de longe elas foram o

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editor-gerente da revista Em Tese. Email: ivan.albuquerquearaujo7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3642-5038>

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Editora associada da revista Em Tese. Email: maiaracorrea.sociologia@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4290-3641>

nosso maior problema e desafio. O Brasil esteve entre os países com maior número de casos fatais da doença. Mesmo contando com o Sistema Único de Saúde (SUS), política pública proposta no contexto de abertura democrática a partir de um “novo modelo de sistema de saúde, fundamentado no direito público e universal no que diz respeito ao cuidado de saúde e ao controle exercido pela sociedade, foi sintetizada na VIII Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986” (ALMEIDA, LÜCHMANN, MARTELLI, p. 23, 2020) e implementada a partir da Constituição de 1988, vivenciamos cenários de superlotação de hospitais, faltas de leitos e utensílios para a internação como respiradores e oxigênio. Fatores que poderiam ter sido evitados se não fossem os atrasos na compra de vacinas por negligências e disputas ideológicas, minimização da gravidade dos efeitos do vírus no organismo e na vida da população, a falta de incentivo tanto no uso de máscaras como no distanciamento social pelo governo, pronunciamentos do então presidente Jair Bolsonaro comparando a Covid-19 a uma “gripezinha” e o incentivo indiscriminado ao uso do medicamento “Cloroquina”³, contrariando os protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS) que levaram o país a ser visto como exemplo de como não controlar uma pandemia.

O total descaso governamental somado às desigualdades histórico-sociais do país maximizaram um cenário de crise política, econômica e sanitária. Os dados têm mostrado que as chances de morte pela Covid-19 no Brasil são maiores entre negros diante de brancos e de pessoas com menor escolaridade (ALMEIDA, LÜCHMANN, MARTELLI, 2020), por exemplo.

Pelo menos, três são as devastas consequências da pandemia de COVID-19 e sua má gestão: as 618.091 mortes (BRASIL, 2021) tratadas com banalidade, a desigualdade educacional que, segundo os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), retrocedeu o equivalente a quatro anos, além do aumento significativo da pobreza e fome, colocando o país de volta ao mapa da fome.

Soma-se a isso questões relacionadas ao acesso à internet e à posse de computadores ou notebooks. O chamado letramento digital é um impasse na aprendizagem via ensino remoto. Segundo pesquisa realizada pela TIC Domicílios, em 2019, 20 milhões de domicílios brasileiros não possuíam internet (28% da quantidade total). Embora o Plano Nacional de Educação em rigor cite o uso de tecnologias digitais no processo educacional, não contamos com nenhuma política de distribuição de aparelhos e de ferramentas digitais

³ Nome popularizado para a combinação de (hidroxi)cloroquina (CQ/HCQ) e azitromicina (AZ).

(exceto algumas estaduais, como no estado de São Paulo) (MACEDO, 2019). Contra a expectativa espalhada em meados dos anos 2000 de que a internet seria um grande espaço de democratização do conhecimento e das relações sociais, as desigualdades digitais refletem ou espelham desigualdades sociais mais amplas (MACEDO, 2021).

Dessa maneira, torna-se evidente perceber que a desigualdade eletrônica, as dificuldades em relação ao acesso à educação na pandemia possuem efeitos especialmente deletérios na periferia do capitalismo. A perspectiva sociológica pós-colonial apregoa que essas distinções entre Norte e Sul estão presentes na academia científica e estruturam as possibilidades de teorização em diferentes localidades.

Contudo, a desnaturalização da sociologia produzida na metrópole, tal qual a recusa da universalização da experiência da metrópole para elaboração da teoria social não eram paradigmas dentro da teoria social durante o século XX. Dessa forma, Seymour Lipset (1967), no segundo capítulo de *O homem político*, define democracia a partir da influência de Joseph Schumpeter, isto é, rechaçando a ideia de busca pelo “bem comum” e definindo a democracia pelo seu método e oportunidade de influir nas decisões por meio da escolha dos governantes. No entanto, a preocupação central do autor não são com os mecanismos internos da democracia, mas sim com as condições sociais que serviriam para sustentar os sistemas democráticos.

Este tipo de visão apregoadada por Lipset (1967) é conhecida como teoria da modernização, sobretudo no que diz respeito a uma concepção etapista das mudanças sociais e a concepção de partidos políticos defendida pelos autores é flagrantemente funcionalista. Correlacionando, sobretudo, desenvolvimento econômico ao sucesso da democracia.

Alguns autores concordam com a existência de estruturas sociais que impactam e influenciam um possível regime político democrático, mas abrem a possibilidade para que formas diferentes de modernização sejam possíveis. Em detrimento do trabalho de Lipset (1967) que é frequentemente criticado por fazer parecer que as nações subdesenvolvidas deveriam “seguir os passos” das nações desenvolvidas.

A teoria dos sistemas parsoniana, bem como a teoria da modernização obtiveram bastante força na comunidade acadêmica até a década de 1970, no entanto, esse tipos de abordagem já foram amplamente criticadas e caíram em desuso, principalmente pela emergência da crítica pós-colonial, um novo “modismo” surgia nas ciências sociais.

No bojo dessas críticas à teoria da modernização, bem como aos pressupostos da metrópole na sociologia realizada no sul, emergiram vozes contundentes buscando

reformular a forma de produção da teoria sociológica. Nesse sentido, a concepção de “colonialidade do poder/saber”, que segundo Ballestrin (2013, p. 99) “exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo”.

Dessa maneira, a proposta pós-colonial é eminentemente uma proposição de crítica epistemológica às concepções fundamentais da modernidade presentes no fazer sociológico (BALLESTRIN, 2013, p. 90). A natureza dessa crítica tem como alvo, simultaneamente, a “estrutura geopolítica do pensamento sociológico” e a crítica substantiva à teoria do social produzida no Norte.

No primeiro caso, Raewyn Connell (2012, p. 10) denuncia que “a abundante literatura sociológica feita no Norte frequentemente projeta características da modernidade ou pós-modernidade da metrópole para outros espaços” ao passo que as “nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole”.

Em segundo lugar, é possível observar que o florescimento de perspectivas sociológicas do Sul traz consigo um potencial crítico à teorização elaborada no Norte tanto por apresentar novos assuntos, quanto por trazer perspectivas distintas a respeito de velhos temas. Evidenciando, assim, o potencial de engrandecimento para teoria social por parte das abordagens pós-coloniais.

Em diálogo com as ideias aqui expostas, apresentamos os artigos presentes no dossiê temático *Horizontes do pós colonial*. Essa edição inicia com o artigo *Para uma filosofia desde o Brasil: romper as “amarras” epistêmicas eurocentradas e reinventar dialogicamente nossa filosofia*, do autor Diego Miranda Aragão, este primeiro texto discute o ponto fulcral das teorias pós-coloniais, isto é, a possibilidade de pensar fora das epistemologias da antiga metrópole. Após, temos o artigo *As margens da sobrevivência em Fontamara: O rio que nos falta*, de Rafael Reginato Moura, nele o autor analisa o romance neorrealista *Fontamara* de Ignazio Silone centrado-se nos conceitos de biopoder, necropolítica e na perspectiva ameríndia defendida por Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro.

Em seguida, temos artigos que discutem a dinâmica pós-colonial considerando as dinâmicas de gênero e raça de forma interseccional, são eles: *Mulheres racializadas no sul da Bahia: mapeando colonialidades de gênero, raça/etnia e sexualidade* de Manoelle Lopes Fontes e Ana Cláudia Lemos Pacheco e *Maternidades subalternas: ser ou não ser mãe nas epistemologias decoloniais e do feminismo negro* de Miléia Santos Almeida. A seguir, Evelyn Talisa Abreu de Oliveira e Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto discutem a dinâmica da luta

antirracista sob a ótica da permanência do sistema de exploração desde à época colonial no artigo *Racismo por omissão e luta antirracista: da colonialidade à resistência em Benevides/PA*. Seguindo a dinâmica de refletir sobre as narrativas insurgentes, Francisco de Assis Gaspar Neto e Marcel Leandro Szymanski assinam o artigo intitulado *A história que a história não conta: uma máquina datilográfica na mão e memórias não vividas na cabeça*.

Por fim, o dossiê *Horizontes do pós colonial* encerra-se com o artigo *Justiça e Libertação: crítica do progresso em Enrique Dussel e Rainer Forst* de Thor João de Sousa Veras, no qual o autor se propõe discutir de forma comparativa dois modelos de teoria crítica, a saber: a justiça transnacional de Rainer Forst e o princípio de libertação de Enrique Dussel. Além de duas entrevistas, *A luta pela educação escolar indígena como resistência epistemológica: entrevista com o cacique Luiz Katu*, de Samuel Penteado Urban e *“É assim que eles alimentam o círculo da pobreza”: a ação judicial de destituição do poder familiar da bebê Suzi em Florianópolis - 2021*, de Mariana da Costa Schorn e Kaionara dos Santos. A tradução do artigo *Memória coletiva, escrita e Estado: Práticas pedagógicas de existência afroequatoriana* de Catherine Walsh e Juan García Salazar, traduzido por Carlos Eduardo Bao e a resenha elaborada por Loren Marie Vituri Berbert intitulada *Educação como abertura radical: bell hooks e a pedagogia crítica* sobre a trilogia de livros da bell hooks sobre o tema da educação.

Encerramos a edição com um artigo de fluxo contínuo, *Sentidos de pedagogia social articulados no coletivo de leituras e investigações em pedagogia social*, de Márcio Bernardino Sirino; e posteriormente, temos a tradução do artigo *Humanismo marxista* de György Márkus realizada por Marcelo de Franceschi dos Santos

Dessa forma, o corpo editorial da Revista Em Tese, sobretudo diante das dificuldades impostas ao fazer científico durante a pandemia, celebra a publicação do Dossiê *Horizontes do pós colonial* e pretende que esse esforço editorial forneça a) avanços para o campo científico e b) auxilie na elaboração de investigações futuras mesmo diante deste contexto adverso.

Nesta edição cabe o agradecimento especial tanto aos pesquisadores que confiaram seus trabalhos em nosso fluxo editorial quanto aos professores, que mesmo com tantas dificuldades, dedicaram seu tempo para elaborar pareceres científicos, sem essas contribuições não seria possível a publicação deste dossiê.

A lista abaixo apresenta as avaliadoras e os avaliadores que elaboraram parecer de manuscritos para esta edição da Revista Em Tese.

Boa leitura!

Ana Carolina Bordini Brabo Caridá

André Luis Pereira

Carlos Eduardo Bao

César Augusto Rodrigues

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci

Cleber Lázaro Julião Costa

Dulcilei da Conceição Lima

Eliaidina Wagna Oliveira da Silva

Gleicy Mailly da Silva

Gleicy Silva

Jessika Rezende

José Henrique Sousa Assaí

Jose Vicente Medeiros Silva

Karina Francine Marcelino

Levi Nauter de Mira

Patrícia Aparecida Gonçalves Faria

Paulo Roberto Schneider

Rafael de Araujo e Viana Leite

Tathiana Cassiano

Tiago do Santos Rodrigues

Tiago Ferrador

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; MARTELLI, Carla. Middle Atlantic Review of Latin American Studies, 2020 Vol. 4, No. 1, 20-25. Disponível em: <https://www.marlasjournal.com/articles/abstract/10.23870/marlas.313/> Acesso em: 02 fev. 2022.
- BRASIL. Heloisa Cristaldo. **Agência Brasil. Covid-19: Brasil registra 3.451 casos e 143 mortes em 24 horas.** 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-12/covid-19-brasil-registra-3451-casos-e-143-mortes-em-24-horas>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa TIC Domicílios 2019: principais resultados.** 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Sociologia digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 132-156, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.237>
- MACEDO, Renata M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. [online]. 2013, n.11, pp.89-117.
- CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 27 No. 80, Outubro/2012.
- LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Capítulos 21 e 22. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

